

Carta de Esclarecimento sobre o ocorrido na Comissão de Graduação (CG) em 17.06 - Comando de Greve do IME-USP

No dia 17/06/2016 um grupo de estudantes fez uma intervenção na Comissão de Graduação (CG) reivindicando cotas em todos os cursos do IME. A intervenção foi barulhenta e chocante e teve como desfecho a não deliberação e a interrupção das atividades da comissão. O comando de greve estudantil do IME quer, nesta carta, esclarecer o ato com os argumentos acumulados nos debates, assembleias e vivência política nesse instituto.

Primeiramente pedimos desculpas a qualquer membro da CG que, pego de surpresa, se sentiu invadido ou ofendido com a ação, ela foi pensada e executada tendo como motivo principal a urgência e pertinência das cotas no IME e na universidade e pedimos que a entendam como uma medida desesperada de estudantes preocupados com o tema em questão e não como um ataque pessoal a qualquer um de seus membros.

No ocorrido, este grupo de alunos entrou na reunião com a palavra de ordem “Cotas Já!” e após um curto período de tempo cessou o barulho. Neste intervalo, um dos integrantes da CG disse que já haviam escutado a demanda estudantil e que o grupo poderia se retirar para que deixasse a reunião continuar. O grupo insistiu em seu pedido e afirmou que não sairia enquanto ainda houvessem cursos do IME com 0% de cotas; a CG se negou a continuar a reunião neste sentido e as palavras de ordem voltaram a ecoar nos corredores do bloco A do IME. A comissão decidiu por encerrar a reunião e logo em seguida estavam no corredor oposto ao grupo de alunos, onde estavam também diretor, vice diretor e mais alguns professores que foram ver o que estava acontecendo. Os estudantes seguiram ao encontro deste grupo de docentes e nisso se iniciou uma conversa; nesta conversa os ânimos estavam bem exaltados mas após um tempo as pessoas se acalmaram e conseguiram abrir um diálogo.

É importante esclarecer algumas informações que estão circulando sobre esta conversa: ao serem interrogados sobre a quantidade de alunos do IME que participava daquela ação, o grupo preferiu não se identificar por medo de retaliações e perseguições pessoais, mas afirmou que a maioria dos estudantes ali presentes era sim do IME. Mas porque a presença de alunos de fora do instituto? Bom, consideramos que o momento pelo qual passamos agora na Universidade de São Paulo é um momento coletivo, os alunos da USP como um todo estão em greve e um de seus eixos principais é justamente Cotas. Sendo assim, nada mais natural na luta estudantil do que se articular com seus pares para defender assuntos em comum.

Uma vitória em relação a cotas no IME é também uma vitória em relação a cotas na USP. No mais, este foi um dos eixos aprovados por consenso em assembleia do IME com quórum de mais de 300 alunos, portanto, consideramos que um ato em defesa de cotas no IME é um ato defendendo um eixo legítimo e referendado em assembleia.

Ainda nesse evento, após um curto período de conversa, o diretor Clodoaldo Ragazzo reiterou que continuará se negando a negociar qualquer uma das pautas com os estudantes do IME que estão em greve e ainda ameaçou mandar em resposta para reitoria a proposta sobre este assunto que fora acordada no ano passado, em que alguns cursos continuam com 0% de cotas e outros estão com uma porcentagem menor do que a aprovada atualmente. Consideramos esta atitude extremamente autoritária e descabida, porque é que os diretores, chefes de departamento, chefes de comissões e professores se recusam a debater cotas com os estudantes? Porque eles tem o poder de decidir isso sem ao menos nos consultar?

Para entendermos isso melhor precisamos entender a lógica burocrática de como as decisões são tomadas aqui dentro:

Existem comissões no IME que são responsáveis por tomar as decisões internas ao nosso instituto. Essas decisões vão desde espaço físico e orçamento até assuntos que concernem ao ensino e educação (aqui entram decisões gerais dos cursos e também decisões mais pontuais, como um requerimento, jubramento ou até mesmo aproveitamento de matérias).

As comissões pelas quais passa a decisão sobre cotas na graduação são as CoCs (Comissão Coordenadora de Curso), os Conselhos de Departamento, a CG (Comissão de Graduação) e a Congregação. Estas comissões possuem uma hierarquia: as CoCs são subordinadas aos Conselhos de Departamentos, estes por sua vez são subordinados à CG, e esta última é subordinada à Congregação. Para melhor compreensão podemos usar um abuso de notação que simplifica de maneira um pouco rasa as relações construídas cotidianamente entre elas:

CoC < Departamento < CG < Congregação

Muitas decisões que são feitas nas comissões são votadas novamente nas comissões de hierarquia maior; mas não é verdade que as comissões precisam aceitar as decisões que vem dos colegiados abaixo. Acontece que historicamente acompanhamos através dos nossos representantes discentes exatamente isso acontecendo no IME. É claro e evidente que as principais comissões corroboram as decisões das comissões subordinadas na imensa maioria dos casos; dificilmente a CG

fará deliberações contrariando as decisões das COCs, ou mesmo a Congregação irá contrariar as decisões que chegam da CG. Assim, entendemos que caso a CG aprovasse as deliberações das COCs de deixar alguns cursos com 0% de cotas, dificilmente essa seria revertida na Congregação. Isto também está ligado ao fato que as comissões principais como a CG e a Congregação são compostas por vários professores que participam das comissões menores de onde chegam as decisões. Ou seja, se um membro da CoC que decidiu por 0% de vagas pelo enem/sisu faz parte da CG, será que ele vai levar uma posição diferente nesta comissão? Levando em consideração o histórico destas comissões, a resposta a esta pergunta é não.

O rito democrático do IME em suas comissões de decisão é executar sobre suas deliberações um debate extremamente enviesado e deficiente.

Sabendo isso, precisamos nos fazer outra pergunta: como são compostas essas comissões?

- As CoCs são compostas por 4 professores e um representante discente (RD);
- Os Conselhos de Departamentos são compostos por professores e estudantes deste departamento, a quantidade de RDs depende de uma porcentagem dos professores que fazem parte da comissão;
- A CG é composta por um RD e 5 professores: um de cada departamento sendo obrigatoriamente membro de uma COC; o MAT, então, tem dois representantes: Lic e Pura, enquanto o MAP tem um só;
- A Congregação tem 51 vagas, das quais 46 são destinadas a professores (incluindo os chefes e presidentes das outras comissões, 19 vagas de professores titulares das quais 8 não foram preenchidas, 10 vagas para professores associados das quais 1 não está preenchida, 6 vagas de professores doutores todas ocupadas e 1 vaga de professor associado que não está preenchida), além destas, existem 3 vagas de RD (2 de graduação e 1 de pós, todas preenchidas) e 2 vagas de funcionários, também ocupadas.

Vale a pena notar que na última eleição para a congregação os professores titulares deste colegiado tiveram 38 eleitores e foram eleitos por 1 à 4 votos e os professores doutores tiveram o total de 48 eleitores e foram eleitos por 1 à 5 votos. O que significa que os entre os 46 professores da congregação, cada um destes representa algo entre 40 e 50 pessoas e foram legitimados para tomarem decisões que afetam o IME inteiro por menos de meia dúzia de pessoas. Enquanto a representação discente da graduação, que é composta por 2 pessoas, representa 1600 estudantes e a representação discente da Pós-Graduação, que é de apenas 1 pessoa, representa 500 estudantes. A congregação toma decisões para o IME inteiro, mas só os professores de fato tem voz e voto para fazer alguma diferença.

Mas isso não acontece só na Congregação, é possível ver que a representação discente em todas as comissões é muito pequena. Em muitas, a proporção da representação estudantil não chega nem a 10%.

Em contrapartida, a lei de diretrizes de bases (LDB - lei nº9394/96), indica uma proporção de 70% de professores, 15% de funcionários e 15% de estudantes nas comissões de unidades de ensino superior. De fato, o estatuto da USP exige 10% de representação discente, mas o IME não cumpre nem esta regra.

Por causa desta sub-representação dificilmente o voto discente faz alguma diferença nas decisões e muitas vezes a representação estudantil vota sozinha contra toda comissão, o que demonstra o quanto as necessidades do corpo discente são ignoradas.

Não queremos mais que poucas pessoas decidam por nós sem ao menos consultar a comunidade imeana em sua totalidade. Sendo que muitas vezes estas pessoas votam conforme seu posicionamento pessoal e não representativo de sua categoria, como por exemplo um representante do IME no Conselho Universitário (C.O.) que votava contrariamente à própria congregação do nosso instituto. É inaceitável que isto ocorra. Nós queremos participar na discussão e formação de propostas, queremos decidir coletivamente os rumos de um instituto do qual também fazemos parte.

Dito isto, podemos começar a tentar analisar como foi o processo de decisão pelas cotas via Enem/SiSu aqui no IME até agora.

O processo de decisão para cotas pelo SiSu no IME

A reitoria decidiu mudar o método de seleção para a USP e decretou que a partir de 2016 reservará uma porcentagem de vagas para que estudantes possam ingressar apenas com a prova do Enem. Estas vagas podem ser reservadas para pessoas que fizeram escola pública ou para PPIs (pretos, pardos e índios), então podem ser usadas como cotas.

Mas a reitoria deixou a decisão sobre quantas vagas são reservadas para ser feita por cada instituto. Além disso, é possível decidir por 0% de vagas, como está acontecendo no BBC e na Matemática Pura.

Este semestre a reitoria pediu para que as instituições revisassem esta porcentagem. Então este assunto surgiu novamente na CG, que pediu para que as CoC's revisassem a situação.

No MAT o departamento deliberou que seus cursos, licenciatura e bacharelado, ficariam com uma porcentagem de 20% de vagas via Enem/SiSU, com 10% para cota social e 10% para cota racial. A CoC da licenciatura acatou esta deliberação, mas a CoC da Pura por uma votação de 3 a 2 decidiu não acatar ao departamento e

disponibilizar 0% de vagas para os alunos deste curso. Pelo que lembramos, nunca havia acontecido da comissão de curso (CoC) se opor à uma decisão do departamento.

Para os cursos de Matemática Aplicada e Matemática Aplicada e Computacional foi decidido manter a porcentagem do ano passado, isto é, 10% de vagas reservadas para a prova ENEM em ampla concorrência, ou seja, vagas que não são para cotas, nem sociais, nem raciais. A Estatística também manteve a porcentagem do ano passado, que era por volta de 15%. No MAC não teve reunião da CoC este ano e a decisão de 0% para vagas via SiSu foi feita diretamente pelo departamento.

Pedimos nesta parte que os membros da CoC da Matemática Pura e os membros do Conselho de Departamento do MAC esclareçam publicamente a sua decisão.

Após o ocorrido em 17.06 na CG, a comissão realizou uma reunião extraordinária ontem (22.06), e como esperado, apenas foram referendadas as decisões advindas das CoC's e, no caso onde não foi feita reunião da Comissão de Curso, adotaram a decisão do departamento.

Agora só falta a decisão final, que será na Congregação. Será que lá simplesmente será acatada a decisão da CG?

É importante notar que os assuntos das CoC's, a princípio, são considerados de um ponto de vista técnico administrativo, mas entendemos que a questão de cotas, assim como muitas outras, deve ser avaliada por um ponto de vista político.

Então vamos tentar abordar um pouco sobre o lado político desta questão:

Por que cotas já?

Qual a porcentagem de estudantes negras e negros nos cursos do IME? Quantos estudam na Pura? Quantos no BCC? E na universidade? Sabemos que estes números não condizem com a proporção de negras e negros no país. Sabemos também que no Brasil existe uma correlação entre as pessoas pobres e negras.

Precisamos mudar esta situação!

Não podemos aceitar que a USP, que (ainda) é considerada a melhor universidade do país e que forma uma parte da futura elite intelectual brasileira, seja composta majoritariamente por uma classe social média alta e branca. Como vamos conseguir mudar a desigualdade social e racial do país, se não dermos a oportunidade para negras e negros terem uma educação superior de qualidade?

Um dos argumentos usados é o de que a qualidade do curso vai diminuir com as cotas: isto não é verdade, além de ser uma opinião preconceituosa. “Estudos mostram que o desempenho dos cotistas é muito parecido com o de não cotistas. Em alguns casos até superior. A UERJ comparou a performance acadêmica dos estudantes em um período de 5 anos. Os cotistas negros tiraram, em média, nota 6,41. Os não cotistas alcançaram resultados ligeiramente pior: 6,37. Na Unicamp, os alunos que ingressaram na universidade por meio de um programa parecido com o de cotas (e que estimulou a inclusão de negros) superaram seus colegas que não tiveram esse benefício em 33 dos 64 cursos.” (Istoé - 10.04.2013, edição 2264)

E mesmo que este argumento fosse verdade, não podemos excluir quem estudou em escola pública e/ou quem é negro da universidade, mas sim teríamos que tomar medidas para conseguir incluí-los. Sejam essas reforços, tutorias, bolsas e outros mas com vínculo estudantil, diferentemente do projeto de college que o PIMESP propôs quando de sua formulação, que estenderia o ingresso definitivo dos cotistas em dois anos de curso preparatório via EaD desvinculados da universidade, portanto, sem acesso às políticas de permanência, como o BUSP ou bandejões, e mesmo à vivência universitária.

Outro argumento que já foi dito para desqualificar as cotas, é que é necessário melhorar o ensino básico e isto de fato precisa ser feito. Mas não podemos perder uma geração inteira de jovens que farão o vestibular nos próximos anos por algo crônico que demorará anos para realmente mudar e nem nos isentar de buscar soluções ou formas de atuar dentro de nossas possibilidades.

A lei de cotas do ensino federal (Lei nº12711/12) indica 50% de vagas para cotistas sendo 30% para estudantes do ensino público e 20% para PPIs (pretos, pardos e índios). O PIMESP, do governo do estado, um projeto que, apesar de ser cheio de falhas e furos, indica o mesmo índice já para 2018 nas universidades estaduais de SP. A Unicamp já adotou essas medidas e muitas outras universidades também, porque a USP se opõe tanto à cumprir a lei? Como conseguirá cumprir a meta de 50% de vagas reservadas até 2018?

Já a proposta da Frente Estadual Pró-Cotas garante 25% das vagas para alunos oriundos do ensino público sendo metade dessas vagas para aqueles com renda familiar per capita menor ou igual a 1,5 salários mínimos, 25% para candidatos PPI e também 5% para pessoas com deficiência.

Sabemos que cotas se colocam como necessárias a muito tempo e que algo precisa ser feito rapidamente em relação a isso, por isso, apesar de apoiar prioritariamente a proposta da Frente Estadual Pró-Cotas, defendemos aqui 20% de cotas via Enem/SiSu em todos os cursos do IME. Mas temos a preocupação de que, com a entrada no SiSu, é possível exigir uma nota de corte tão alta quanto a de Engenharia ou de Medicina e esta não é uma medida coesa para a universidade inteira, só para os cursos que decidem adotar este sistema.

Então continuamos defendendo cotas para USP diretamente na fuvest, pois este processo reserva uma porcentagem de vagas a serem preenchidas segundo um mesmo processo vestibular; exigimos, ainda, que o diretor se posicione a favor de cotas perante a universidade. Pois o diretor não representa apenas sua própria opinião perante o C.O., ele representa o IME e, portanto, a opinião estudantil também.

Precisamos urgentemente discutir em comunidade a quantidade de vagas e como lidar com isso! Quem quiser se informar mais, recomendamos a seguinte leitura: <https://m.facebook.com/DCEdaUSP/posts/1041047072639895>

Muitos docentes e inclusive a diretoria dizem estar abertos ao diálogo, mas na prática isso não se concretiza, pois em várias oportunidades em que isso foi praticado a comunidade estudantil teve suas opiniões e reivindicações negadas, diminuídas ou mesmo ignoradas 'a priori'. Estar disposto ao diálogo implica ouvir o outro, ter empatia para reavaliar suas opiniões e pensar numa contra proposta real, mas isso não tem acontecido! Um exemplo explícito desta postura é o pedido de que se retire os armários que estão atualmente na vivência estudantil e que os coloquem pelos corredores do IME, garantindo assim mais espaço para os estudantes, que precisam dividir aquela sala entre os mais de 2000 alunos que nosso instituto tem. O CTA, apesar de já ter um plano de reposicionamento dos armários aprovado segundo as normas de segurança, negou este pedido com o argumento de que os armários são muito feios e propôs a compra de novos armários no futuro, caso tenha recursos para tal; o que entendemos como uma desculpa e não como proposta real, dado a situação financeira que estamos no momento. A ideia dos estudantes de arrumar e pintar os armários já existentes foi ignorada.

Tentamos por vários meios e vários anos expressar e discutir nossas necessidades dentro do IME, e o ponto de cotas é a muitos anos uma pauta do movimento estudantil na USP; mas não somos ouvidos, ou quando somos ouvidos não somos levados a sério, portanto, vimos como única opção neste momento tomar ações mais assertivas.

Ao suprimirem nossa voz só nos resta o grito.